

MEIRELES, (D.) ANTÓNIO AUGUSTO DE CASTRO (1885-1942)

Parlamentar católico e bispo de Angra do Heroísmo e do Porto, nasceu a 13 de agosto de 1885, na Casa da Fonte – que o brasão episcopal virá a ecoar, bem como o lema escolhido, *Timor Domini fons vitae* – da freguesia de Boim, concelho de Lousada, no distrito do Porto, propriedade de Raimundo Duarte Meireles e Delfina Moreira de Castro, seus pais, lavradores e proprietários rurais. Feito o exame de instrução primária em Penafiel, foi nessa cidade que prosseguiu os estudos secundários, no Colégio Nossa Senhora do Carmo, sendo admitido no Seminário de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos, em 1900, onde viria a destacar-se pelas elevadas classificações. É de 1903 o início dos seus estudos de Teologia no Seminário de Nossa Senhora da Conceição do Porto, tendo terminado em 1906, altura em que, com 21 anos, inicia a docência no colégio internato de Santo António dos Carvalhos. Um experiência breve, todavia, já que data de 1907 o exame de admissão à Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. A 22 abril 1908 recebe a ordenação presbiteral. Convidado para docente daquela faculdade, não chegou a sê-lo dado o seu encerramento em 1910, com o advento da República. Quedar-se-ia por Coimbra durante mais dois anos, concluindo em 1912, com a mais elevada distinção, o curso de Direito iniciado em 1908. Regressa ao Porto nesse ano, abrindo aí gabinete de advocacia.

Pouco tempo depois deixará essa atividade, assumindo a direção, até 1920, juntamente com Gaspar Augusto Pinto da Silva, do colégio de Ermesinde, denotando preocupações pedagógicas que se manteriam ao longo do seu percurso eclesialístico e a que não é alheia a espiritualidade beneditina com que sentia afinidade e em cuja ordem equacionou ingressar. Deixará a direção do colégio nesse ano, ao ser nomeado professor de Ciências Eclesiásticas do Seminário do Porto, substituindo no encargo o padre José Alves Correia, entretanto eleito bispo de Leiria.

Por insistência e proposta de amigos, é eleito pelo círculo de Oliveira de Azeméis como primeiro deputado eleito pela União Católica, em 1915, mantendo-se no Parlamento até 1917. As suas simpatias monárquicas não se traduzem em afrontamento ao regime, seguindo a linha que, apesar das divisões internas, acabariam por definir a política do futuro Centro Católico Português de desvalorização do regime contra os católicos monárquicos que faziam dela a sua bandeira, como claramente assinala a sua carta, de 18 de janeiro de 1916, a Alberto Pinheiro Torres, diretor de *A Liberdade*: «Deixe-me até dizer-lhe, meu caríssimo amigo, que prefiro a República à Monarquia que esteve. E, coisa interessante: desde que vim para Lisboa tenho recebido dos republicanos maiores provas de consideração que dos monárquicos que o são acima de católicos». Tanto mostra, também, a correspondência com Francisco Veloso, destacado católico e monárquico de que Castro Meireles foi condiscípulo em Coimbra e com quem manteve amizade: a defesa do *ralliement* e a luta pelo que considera ser a necessidade de garantir a liberdade de ação da Igreja Católica no novo regime.

A atividade parlamentar de Castro Meireles centra-se, por isso, na defesa dos interesses da Igreja no tocante à execução da Lei da Separação e da necessidade de alteração desta. Batendo-se contra o desterro de alguns padres, destaca-se a defesa da ilegitimidade da expulsão de D. António Barroso, em 1917 e o debate que a esse propósito sustentou com Alexandre Braga, então ministro da Justiça. Será por iniciativa

de Castro Meireles que a Câmara dos Deputados aprovará o voto de pesar pela morte de Ramalho Ortigão.

Castro Meireles encontra-se entre o leque de figuras que protagonizará a renovação política do catolicismo português, no trânsito entre a impossibilidade do nacionalismo católico e a necessidade do Centro Católico Português, bem como da renovação do episcopado católico.

Escolhido, em 1923, para a Sé de Angra do Heroísmo, prestou juramento perante o Nuncio Mons. Nicotra, em 13 de novembro desse ano. Por decreto de abril de 1924, o Ministério de Álvaro de Castro conferiu-lhe a Comenda do Oficialato de Ordem Militar de Cristo. Sagrado bispo na Sé do Porto por D. António Barbosa Leão a 20 de junho desse ano, deu entrada na diocese de Angra a 6 de agosto de 1924. Aí dedicou particular atenção à reorganização pastoral, quer pela atenção dedicada à formação e sustentação do clero, quer tentando trazer à ortodoxia e disciplina católicas as celebrações das Irmandades do Divino Espírito Santo – codificando as disposições então em vigor e introduzindo-lhes algumas novidades, pela provisão de 16 de abril de 1925, o que despertou resistências populares diversas –, à educação, fundando diversos colégios, e à imprensa, adquirindo os diários *A União*, de Angra, e *A Democracia*, na cidade da Horta, a par dos esforços por incrementar a implantação do Centro Católico Português, de que fundou a Comissão Diocesana. Em 1926, participa com uma tese no Congresso Eucarístico de Chicago, altura em que é acolhido pelos emigrantes açorianos junto dos quais conseguiu auxílio para as vítimas do terramoto da Horta, de 31 de agosto de 1926, que assolou, também, as povoações das ilhas do Faial e do Pico e para cuja assistência e socorro contribuiu a sua ação.

Nomeado coadjutor, com direito de sucessão, de D. António Barbosa Leão a 21 de junho de 1928, a ele sucede na cátedra portuense no ano seguinte. Aí procurará levar a cabo o ordenamento dos serviços administrativos da diocese, empenhando-se na promoção das obras do ensino catequético, dos Retiros Espirituais e da Ação Católica aquando do seu surgimento. Tentando dar cumprimento às diretrizes do Concílio Plenário Português de 1926, levou a cabo a reformulação dos estudos dos seminários – fundando o do Sagrado Coração de Jesus, na Quinta do Trancoso, Gaia, em 1930, para os primeiros anos dos estudos preparatórios, a que anexará posteriormente uma escola gratuita para mais de 90 alunos – e a construção de residências paroquiais e procurando, no seguimento da ação do seu antecessor, implementar um novo tipo de ação pastoral do seu clero, que acompanhou de perto multiplicando as visitas pastorais. Da sua ação pastoral, destaca-se, ainda, a atenção dada à juventude e à classe operária, preocupando-o sobretudo a questão do emprego no contexto de crise do final da década de 1920.

O diferendo que opôs o padre Pinto da Costa a D. António Barbosa Leão, a propósito do Colégio de Amarante, continuou durante o período em que Castro Meireles esteve à frente da diocese portuense, conflito que o atingiu pessoalmente e contribuiu para o agravamento do seu estado de saúde, vindo a falecer vítima de uremia a 29 de março de 1942. Não tendo obra publicada fora do contexto das cartas pastorais e provisões decorrentes do múnus episcopal, Castro Meireles deixou memória como um dos mais destacados cultores da oratória sacra contemporânea em Portugal.

Bibliografia: PEREIRA, Augusto, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Angra do Heroísmo, Tip. Andrade, 1950; NEVES, Moreira das, D. António de Castro Meireles in *A Ordem*, maio-dezembro 1985; BROCHADO, Alexandrino, *D. António Augusto de Castro Meireles – Filho ilustre de Lousada*, Lousada, CML, 1999.

[Sérgio Pinto]

MELO, JOSÉ PINHEIRO DE (1842-1929)

Nasceu a 19 de maio de 1842, em S. Lourenço do Bairro, concelho de Aveiro, e morreu em 27 de março de 1929, em Lisboa. Era filho de José Rodrigues de Melo e Silva e de D. Maria Severa de Abrunhosa, família de origens modestas. O seu percurso pessoal foi semelhante ao de tantos outros jovens do seu tempo que, muito novos, saíam da terra natal para rumarem a Lisboa em busca de uma oportunidade. Assim aconteceu e com 9 ou 10 anos veio para Lisboa para trabalhar no comércio num negócio do tio José Pinheiro de Abrunhosa. O negócio inicial que herdou do seu tio era o de uma mercearia na Travessa da Queimada, que mais tarde transformou em casa de penhores. Em 1863, trabalhava ainda com o tio e participou, como secretário, nas primeiras tentativas de organização de um movimento associativo dos lojistas de Lisboa. O ativismo do jovem Pinheiro de Melo era já visível e, além desta iniciativa, traduzia-se na escrita de opúsculos, na colaboração que mantinha com algumas publicações periódicas e, também, na entrada para a Maçonaria. Efetivamente, em 1863, foi iniciado na loja 5 de Novembro (Confederação Maçónica Portuguesa), com o nome simbólico de *Pelaio*. Em 1880, ascendeu ao grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceite. Pertenceu ainda às lojas União Independente, em 1874, e Simpatia e União, em 1899, tendo sido venerável de ambas. A faceta de escritor foi assumida essencialmente nas vertentes da história, do patriotismo e da intervenção social. Em 1861, publicou *Quadro histórico da restauração e independência de Portugal em 1640* e colaborou na revista *Galeria Familiar*, publicada mensalmente em Lisboa, entre outubro de 1861 e janeiro de 1862. Antes tinha já colaborado no jornal *O arquivo familiar: semanário pitoresco*, editado em Lisboa, entre 1857 e 1861. Entre 1862 e 1864, foi assíduo colaborador do *Portugal literário: semanário recreativo*, tendo ainda colaborado no jornal *O defensor do trabalho: folha dedicada à defesa das classes produtoras*, entre 1862 e 1865. Pertenceu e foi dirigente de várias associações como o Grémio Popular, o Asilo de S. João e a Associação de Socorros Mútuos na Inabilidade, entre outras. Em 1870, foi um dos principais impulsionadores da fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, onde ocupou vários cargos diretivos, até 1887, ano em que ocupou pela primeira vez a presidência da assembleia-geral, função que exerceu até depois da implantação da República. O seu ativismo cedo o levou a interessar-se pela política, tendo estado ligado primeiro ao Partido Reformista e depois ao Partido Progressista, do qual se tornaria um dos influentes eleitorais mais importantes em Lisboa. Era frequentemente membro das comissões de recenseamento eleitoral em Lisboa. Considerado um dos «grandes propagandistas

do mutualismo e da democracia» (*O Comércio Português*, abril de 1929, p. 102), a sua ligação aos Progressistas nunca o impediu de, por vezes, apoiar ideias mais radicais e de manter uma relação privilegiada com algumas das principais figuras do republicanismo, como Teófilo Braga ou Manuel de Arriaga, por exemplo. Nas eleições de abril de 1894, chegou mesmo a declarar o seu apoio aos candidatos republicanos, contribuindo para a derrota dos progressistas em Lisboa. Aliás, usou frequentemente a sua influência política, profissional e associativa para disponibilizar aos republicanos, mas também a alguns socialistas e a defensores do livre-pensamento e do anticlericalismo, um palco para as suas conferências e palestras, através da cedência das salas da Associação de Lojistas. Em coerência com esta disponibilidade fez parte dos corpos dirigentes da Junta Liberal, em 1901 e, novamente, em 1909, desta feita ao lado de Miguel Bombarda, Marinha de Campos, Cândido dos Reis, entre outros. Nesses dois anos, certamente por influência sua, aquela instituição ficou instalada na sede da Associação de Lojistas. Desde finais de 1907 que estava em rutura com o Partido Progressista, do qual se afastou definitivamente em agosto de 1910, declarando a sua adesão formal ao Partido Republicano. O comprometimento com a causa republicana e também a influente posição no meio comercial da cidade terão levado à sua inclusão, a 31 de outubro de 1910, na Comissão de Trabalho criada por António José de Almeida com o objetivo de mediar os conflitos laborais e as questões ligadas às greves. Contudo, não ocupou qualquer outro cargo político no tempo da I República.

Bibliografia: ALVES, Daniel Ribeiro, *A República atrás do Balcão. Os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*, Lisboa, 2010.

[Daniel Alves]

MELO, MARTINHO NOBRE DE (1891-1985)

Filho de José Luís de Melo e de Adelina Nobre de Melo, nasceu em Santo Antão, Cabo Verde, a 24 de dezembro de 1891, e faleceu em Lisboa, a 26 de dezembro de 1985.

Primeiranista de Direito no ano letivo de 1907-1908, condiscípulo, entre outros, de Raul Lello Portela, António Joyce, José Ludgero Soares das Neves e Albino Vieira da Rocha, os dois últimos seus futuros colegas no professorado. Aluno qualificado ao longo do seu curso, Martinho Nobre de Melo saiu bacharel em 1911. No ano seguinte foi iniciado maçom na loja Fiat Lux, com o nome simbólico de *Ibsen*.

Admitido a concurso para assistente da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito a 22 de junho de 1914 – prévia habilitação com o estudo: *O Estado dos Funcionários, Estatuto Legal* –, apresentou a título de dissertação a obra *Teoria Geral da Responsabilidade do Estado*, tendo a lição, de que foi arguente Alberto Rocha Saraiva, como tema: «Conceito e Classificação dos Direitos Públicos Subjetivos». Martinho Nobre de Melo viria a ser o único candidato aprovado, tendo sido de imediato encarregado da docência do curso de Direito Constitucional Comparado. Nomeado